

A freguesia da Cidade do Natal: um território eclesiástico na América portuguesa¹

Thiago do Nascimento Torres de Paula²

Resumo: As freguesias eram territórios eclesiásticos que remontam a antiguidade, sinônimo de paróquias. Sendo assim, o objetivo deste artigo é examinar o processo de criação e desenvolvimento da freguesia da Cidade do Natal, localizada na capitania do Rio Grande do Norte nos séculos XVII, XVIII e primeiros anos do século XIX. As fontes utilizadas nesta pesquisa foram de duas ordens: qualitativas e quantitativas. A documentação qualitativa é representada pelos – Relatórios e falas de presidentes de província do Rio Grande do Norte, Livros de provisões do Senado da Câmara da Cidade do Natal, passando por relatos de cronistas. Quanto as fontes quantitativas, destaca-se: um mapa de população do Rio Grande do Norte, e um relatório denominado de Idéias da População da Capitania de Pernambuco. Os procedimentos adotados foram: seleção das fontes, a ampla leitura do material elegido, transcrições e quantificações de algumas informações. Toda documentação foi examinada à luz de referências da história social. Em suma, a freguesia da Cidade do Natal, constituiu-se como a jurisdição eclesiástica mais antiga do Rio Grande do Norte, passando por fragmentações em seu território, e por um evidente aumento populacional na transição do século XVIII para os séculos XIX.

Palavras-chave: Freguesia. Território. Rio Grande do Norte. Natal. Igreja.

Abstract: The parishes were ecclesiastical territories dating back the antiquity, synonyms of churches. Therefore, the aim of this article is to examine the process of creation and development of the parish in the city of Natal, located in the Captaincy of Rio Grande do Norte, in the centuries XVII, XVIII and the early years of century XIX. The sources used in this research are linked to two orders: quantitative and qualitative. The qualitative documentation is represented by: Reports and Talks of presidents of Rio Grande do Norte province, Books of Provisions of the House of the Representatives of the city of Natal and chroniclers' stories. Regarding the quantitative sources, it stands out: a map of the population of Rio Grande do Norte, and a report named – Ideas of the Population of the Captaincy of Pernambuco. The procedures adopted were: selection of sources, an ample reading of the selected material, transcriptions and quantifications of some information. All the documentation was analysed in the light of references of the history social-cultural. In short, the parish of the city of Natal, became the oldest ecclesiastical jurisdiction in Rio Grande do Norte, going through fragmentations in its territory, and an evident population growth in the transition of century XVIII to century XIX.

Keywords: Parish. Territory. Rio Grande do Norte. Natal. Church.

The Parish of the City of Natal: an ecclesiastical territory in the Portuguese America

¹ O presente artigo é produto de uma pesquisa de doutoramento, desenvolvida entre os anos de 2012 e 2016 na Universidade Federal do Paraná, com financiamento da CAPES.

² Doutor em História pela UFPR (2016). Professor e historiador do Núcleo para Educação em Direitos Humanos da SEEC-RN, pesquisador do LEHS/UFRN, colaborador da Pós-Graduação Lato Sensu do IFRN, atualmente está em Estágio Pós-doutoral no PPGED/UFRN. E-mail: thiagotorres2003@yahoo.com.br

Introdução

Segundo Raphael Bluteau (1728), o termo freguesias era sinônimo de paróquia, espaços territoriais onde uma dada população se relacionava, produzia, superava as agruras do cotidiano e atendia a determinadas regras de condutas. Desta forma,

Nos séculos III-IV “paróquia” era uma província ou grupo de províncias dirigida por um alto funcionário, o “Vicarius” Imperial, no Direito Público Romano. Com a expansão da Igreja, depois do Edito de Milão, ano de 313, as populações rurais deviam ser atendidas justamente em seus territórios distanciados das cidades e entregues à pecuária e agricultura. Os sacerdotes que se fixaram nestas regiões do interior europeu fornecendo o alimento da palavra sagrada, ministrando os Sacramentos, foram os “párcos” em nova atividade espiritual, em vivo e perpetuo interesse aos cristãos espalhados pelos campos de plantio e criação. Desde o século IV estas paróquias multiplicaram-se pelo Oriente e Ocidente, tendo terras limitadas para cada jurisdição entregue aos cuidados, desvelos e assistência de um ministro do altar, um presbítero, etimologicamente velho e venerável (CASCUDO, 1992, pág. 06-07).

Luís da Câmara Cascudo nos apresenta na citação acima as origens da freguesia (paróquia) como jurisdição eclesiástica. Territórios de influência da Igreja, que teve origem no distante Império Romano, sobretudo, foram difundidos paralelamente com a Igreja Católica Romana após o Edito de Milão em 313 d.C. Frisa-se ainda, que o significado de tais jurisdições estava relacionado principalmente com as populações rurais que viviam longe das cidades e das assistências espirituais.

Como Cascudo aponta, o século IV foi momento em que as freguesias começaram a se multiplicar, tanto no mundo oriental como no ocidental, e com o passar dos séculos chegaram ao Novo Mundo e dominaram a costa do continente africano, através da conquista espanhola e portuguesa. A chegada dos europeus ao Novo Mundo no século XVI, representou o início de uma dominação espiritual por parte da Igreja Católica Romana. No caso específico da América portuguesa, a Igreja vem junto com a própria expedição de Pedro Alvarez Cabral, mas como instituição só se instalou com a fundação da cidade de Salvador, quando foi criado o bispado da Bahia (LACOMBE, 2004).

Eduardo Hoornaert, pesquisador da história da Igreja no Brasil, afirma que foi extremamente lenta a expansão desta instituição no período colonial:

A organização das dioceses e paróquias foi muito lenta e sua influência sobre o catolicismo vivido no Brasil bastante reduzida. Entre 1551 e 1676 o Brasil só tinha uma diocese, a de Salvador da Bahia. Nos anos de 1676 e 1677 foram criadas mais três dioceses: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão, a última diretamente dependente de Lisboa. Na primeira

parte do século XVIII foram criadas mais três dioceses: Para (1719), Mariana (1745) e São Paulo, acompanhado sucessivas aberturas de espaços brasileiros para o sistema colonial. Este número de sete dioceses manteve-se até a Independência (1822). As dioceses, prelazias e paróquias ficaram vacantes por grandes lapsos de tempo, pois a Coroa portuguesa só mostrava interesse na função episcopal e sacerdotal à medida que estas estavam ao serviço. Poucos bispos realizavam a visita pastoral, recomendada pelo Concílio de Trento, sobretudo por causa das distâncias e das dificuldades de viagem (HOONAERT, 1994, pág. 12-13).

Destarte, Igreja “firmou-se” institucionalmente na América portuguesa após a elaboração e confirmação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia em 1707, que sistematizou as extensas normas que regulavam a vida cotidiana dos colonos, índios, escravos, como também do próprio clero secular (WEHLING, 1999).

No período colonial, as freguesias eram criadas por uma decisão relacionada ao padroado da Coroa, com a adoção de um pagamento feito pelo governo português através da folha eclesiástica para a manutenção do vigário e, se possível, de um padre coadjutor, sendo chamada freguesia colada.³ O outro mecanismo utilizado para se criar uma freguesia seria uma iniciativa dos bispos, em função da densidade populacional e da disposição dos habitantes da mesma em assumir a responsabilidade dos ônus de conservar um vigário encomendado (NEVES, 1994).

O historiador do mundo colonial português, Guilherme Pereira das Neves, contabilizou o processo de criação desses espaços de administração eclesiástica na colônia portuguesa na América:

No final dos primeiros 100 anos de colonização, as paróquias no Brasil não passavam de 50, às quais se somaram, no século seguinte, o da exploração do interior, cerca de 90 outras. Nos três primeiros quartéis do século XVIII, quando o povoamento se adensou e ocorreu a corrida do ouro das Gerais, mais de 400 novas paróquias foram erigidas, embora nem todas fossem de natureza coletiva. Apesar disso, muitas freguesias, sobretudo as do interior, tinham enormes extensões, chegando, por exemplo, a de Jeromoboabo, na Bahia, a apresentar 70 léguas de comprimento por 30 de largo, ou seja, mais de 75 000 km² — quase o equivalente ao território de Portugal continental (NEVES, 1994, pág. 22-23).

O objetivo deste artigo, é examinar o processo de criação e desenvolvimento da freguesia da Cidade do Natal, localizada na capitania do Rio Grande do Norte nos séculos XVII, XVIII e primeiros anos do século XIX. Espaço de desdobramento da vida cotidiana no

³ Padres coadjutores eram os sacerdotes auxiliares no ofício paroquial. Já as freguesias coladas, eram jurisdições criadas pelo padroado da coroa, sendo os encomendados, padres enviados pela autoridade diocesana a uma freguesia (VEIGA, 1997).

mundo colonial português na América, haja vista que a vida cotidiana é a vida de todos os homens sem distinção (HELLER, 1992; DEL PRIORE, 1997).

As fontes utilizadas nesta pesquisa foram de duas ordens: qualitativas e quantitativas. A documentação qualitativa é representada pelos – Relatórios e falas de presidentes de província do Rio Grande do Norte, Livros de provisões do Senado da Câmara da Cidade do Natal, passando por relatos de cronistas (Sebastião da Rocha Pitta e Henry Koster). Todo este material de análise encontra-se depositado sob a guarda do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Dentre os documentos qualitativos, foram consultados os assentos de casamento, batismo e óbito da freguesia, fontes também de natureza serial, todas depositadas no arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal. Quanto as fontes quantitativas, destaca-se: um mapa de população presente em uma carta presente na Coleção do Arquivo Histórico Ultramarino, seção do Rio Grande do Norte, e um relatório denominado de Idéias da População da Capitania de Pernambuco, custodiado na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Os procedimentos adotados foram: seleção das fontes nos fundos documentais, a ampla leitura do material elegido, sendo necessário auxílio de conhecimentos da paleografia, fichamentos e transcrições, o que caracteriza o tratamento qualitativo; por conseguinte, as quantificações de algumas informações, foram possíveis a partir de dados arrolados em mapas e relatórios dos séculos XVIII e XIX.

Quanto aos referenciais teóricos em uso nesta pesquisa, foram utilizados materiais bibliográficos elaborados nas primeiras décadas do século XX, elaborados por historiadores orientados pelos princípios metodológicos dos Institutos Históricos e Geográficos, passando por textos escritos por pesquisadores ligados à Igreja, chegando a bibliografias resultadas de instigações acadêmicas, e referendas por programas de pós-graduação de mestrado e doutorado.

A freguesia mais antiga da capitania ...

A jurisdição eclesiástica da Cidade do Natal foi criada em 1601, surgindo quase concomitantemente à cidade; teve por orago Nossa Senhora da Apresentação e passou a ser subordinada ao Bispado de Pernambuco em 15 de julho de 1614, quando de sua criação, tornando-se independente da sé da Bahia. Porém, em fevereiro de 1623, a freguesia voltou a

ser submetida ao Bispado da Bahia, quando, por ordem papal, a prelazia de Pernambuco passou à condição de sufragânea do bispo da Bahia (MEDEIROS, 1973; CASCUDO, 1992).

Aos 16 de novembro de 1676, por via da Bula *Ad Sacram Beati Petri*, do Papa Inocêncio IX, foi a diocese de Olinda tornada independente de Salvador, sendo o primeiro Bispo de Pernambuco naquele ano Dom Estevam Brioso de Figueiredo.⁴ Mais uma vez, as terras de Nossa Senhora da Apresentação [Natal] e seus respectivos moradores retornaram para o domínio eclesiástico de Olinda (CASCUDO, 1984; BARATA, 1992).

Acredita-se que a igreja matriz da freguesia da Cidade do Natal no século XVIII apresentasse as seguintes divisões internas: altar-mor, nave e altares colaterais, pois tal traçado das dependências do templo era um padrão para a cristandade ocidental (JOHNSON JÚNIOR, 1983). A pobreza marcou as origens da matriz: a igreja, em seus primórdios, não passava de uma igreja feita de taipa, com somente uma entrada, sem sino nem aparato. Cascudo afirma ainda que, quinze anos após a fundação da igreja, em 1614, como já foi observado anteriormente, esta ainda não possuía porta (CASCUDO, 1999).

Nestor dos Santos Lima também apontou uma origem modesta para a igreja matriz: “[...] do mesmo modo que as moradias do lugar, a igreja ou a capela tinha ligeira construção de barro e diminutas proporções: era apenas um ensaio de templo” (LIMA, 1915, pág. 17). Todos estes adjetivos atribuídos à primeira igreja da Cidade do Natal são perfeitamente compreensíveis, quando considera-se o lento e difícil processo de colonização da Capitania do Rio Grande. Ainda em seus estudos sobre a igreja matriz, Lima propõe uma cronologia dividida em quatro momentos para a história do prédio.

O 1º período – a idade antiga – mostra a matriz, da fundação até 1654, aproximadamente quando a destruíram os holandeses; no 2º período, de então a 1672; o 3º período, de 1672 a 1694, quando se construiu o edifício atual e o 4º período – a idade contemporânea as modificações que tem experimentado, inclusive a torre [...] (LIMA, 1915, pág. 16).

A igreja de Nossa Senhora da Apresentação [matriz] foi um espelho dos aspectos materiais e econômicos da Cidade do Natal até a segunda metade do século XIX, pois a torre

⁴ “[...] Dom Estevam Brioso de Figueiredo, nascido em Évora, no ano de 1630, filho legítimo de Manoel Martins e Catarina de Figueiredo. Estudou em sua terra natal, no Colégio da Purificação e, depois, na Universidade de Coimbra, onde foi laureado em ambos os Direitos (*Utriusque Iuris* ou *in Utroque Iure*), no dia 04 de junho de 1654. Recebeu o Presbiterato das mãos de Dom Francisco de Soutomaior, bispo titular de Targa e Deão da Capela Real, 15 de junho de 1658. Exerceu o cargo de Desembargador Eclesiástico de Lisboa, pároco da igreja de São João, em Beja, e Vigário Geral do Distrito e de Lisboa. Indicado pelo Regente de Portugal Dom Pedro [...]”. A posse do Bispado de Pernambuco foi realizada em Lisboa em maio de 1677; em abril de 1678 Dom Estevam chegou a Olinda. Voltou a Lisboa por questões de saúde em 1683; Dom Pedro II o indicou para a Diocese de Funchal, onde faleceu em 1689, sendo sepultado no Seminário de São Patrício dos Jesuítas (MARINHO, 2006. p. 15-16).

mencionada na citação acima foi obra sugerida pelo Governo provincial em 1860 (RELATÓRIO ..., 1860).

A freguesia da Cidade do Natal correspondeu, como tantas outras freguesias durante o período colonial, a uma área de assistência religiosa onde havia igrejas, capelas e padres, comportando grandes espaços onde a população vivia dispersa em diferentes fazendas, mesmo existindo pequenos povoados (MONTEIRO, 2000). A área de assistência religiosa da cidade estendia-se por toda a Capitania, só sendo dividida na primeira metade do século XVIII com a criação de outras freguesias, como a do Açu, a de Goianinha e a de Caicó (CASCUDO, 1984; MARINHO, 2006; MACEDO, 2011; COSTA, 2014).

A partir da década de 1760 a freguesia sofreu alterações de duas ordens: no seu espaço geográfico e na redistribuição de seus ambientes de adoração, capelas e igrejas. No que diz respeito à modificação territorial, esta se relaciona à política do Estado português durante o reinado de Dom José I. Tal política foi dirigida pelo maior representante do despotismo esclarecido em Portugal, o Marquês de Pombal, que, influenciado pelas idéias do Iluminismo, configurou uma administração de caráter civil em todos os níveis (MAXWELL, 1996; NEVES, 2000).

Por exemplo, a criação do Diretório dos Índios, em 1758, substituiu a administração religiosa dos aldeamentos pela civil. Com essa determinação do governo pombalino, os aldeamentos foram transformados em vilas, originando assim as primeiras vilas na região do Rio Grande do Norte (BELLOTO, 1994; MARIZ, 2002).

O poder civil foi se consolidando a partir de outras decisões, como a expulsão dos clérigos da Companhia de Jesus do Reino e de seus domínios de além-mar (determinação expressa por carta régia de 3 de setembro de 1759), antecedida da ordem de estabelecimento de novas vigararias em Pernambuco e Capitâncias anexas (Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte) em 1758, reafirmada por ofício régio de 5 de agosto de 1764 (MAXWELL, 1996; LOPES, 2003).

Todas essas iniciativas tomadas pelo governo de Pombal transformaram as dimensões da freguesia da Cidade do Natal, pois, em 3 de maio de 1760, surgiu a vila nova de Estremoz do Norte e, concomitantemente, foi instalada a freguesia de São Miguel, localizada na região do Ceará-Mirim. Em 22 de fevereiro de 1762 surgiu a vila de São José do Rio Grande⁵ e, com ela, a freguesia de Nossa Senhora do Ó e Santana do Mipibu (CASCUDO, 1984).

⁵ O nome da vila representou uma tríplice homenagem, ao santo, ao Rei e ao Príncipe neto, filho da Princesa Dona Maria (CASCUDO, 1984).

Neste processo, diversas capelas se desligaram da administração da igreja matriz: a capela de Nossa Senhora dos Prazeres do Guajirú e do Senhor São Miguel, da antiga Missão do Guajirú, que agora ocupavam o espaço religioso da recém-criada freguesia de Estremoz, assim como as capelas de Nossa Senhora do Ó, da antiga Missão do Mipibu, e a de Nossa Senhora de Santana, as quais passaram a compor a jurisdição da também recém-instalada freguesia da vila de São José do Rio Grande.

Outras vilas e freguesias surgiram na Capitania do Rio Grande do Norte, contribuindo para a redução da jurisdição do Senado da Câmara da Cidade do Natal e, sobretudo, da freguesia da sede da capitania. Aos 15 de junho de 1760 foi criada a vila de Arês e, com ela, a freguesia de São João Batista. Em terras mais distantes da Câmara de Natal e da matriz, foi criada a vila de Portalegre, no sertão da Capitania, em 1761.⁶ Por fim, houve a criação da Vila Flor, em 10 de outubro de 1762 (LOPES, 2005).

Com a formação das novas vilas de índios e zonas de assistência religiosa, o raio de atuação da freguesia da Cidade do Natal diminuiu, passando a sua jurisdição a corresponder ao seguinte conjunto: a igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e as capelas de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá; Nossa Senhora dos Remédios de Cajupiranga; Nossa Senhora do Socorro de Utinga; Nossa Senhora de Santa Ana do engenho de Ferreiro Torto; Nossa Senhora de Soledade da Aldeia Velha; da fortaleza dos Santos Reis Magos da barra do Rio Grande; do Senhor São Gonçalo do Potengi e do Senhor Santo Antônio do Potengi.⁷

Nessa nova dimensão tomada pela freguesia, a sociedade local viu surgirem novos ambientes de devoção. Um deles foi a igreja de Santo Antônio, também conhecida por outras denominações como igreja de Santo Antônio dos Militares e de Santo Antônio dos Soldados, que exerceu por várias vezes a função de matriz, em razão de reformas realizadas na igreja de Nossa Senhora da Apresentação.⁸

Surgiu também a capela do Senhor Bom Jesus das Dores, localizada na ribeira da cidade. Estes dois espaços sagrados: a igreja de Santo Antônio e capela do Bom Jesus, estão registrados na documentação de casamento, batismo e óbito da segunda metade do século XVIII.⁹ Cascudo afirma que a capela da Ribeira foi o último ambiente de devoção erigido na

⁶ Atualmente a distância entre Natal e a Serra de Portalegre é de 374km.

⁷ É necessário apontar que a distância entre a igreja matriz da freguesia, e a igreja de Nossa Senhora do Rosário, era e é de 400m.

⁸ Salienta-se que a igreja de Santo Antônio e a igreja matriz da freguesia da Cidade do Natal, eram e são, prédios extremante próximos, separados por 150m.

⁹ Os documentos mencionados encontram-se em estado de conservação variado.

cidade durante o século XVIII, criada para dar assistência espiritual aos colonos que, estabelecendo-se em sítios,¹⁰ passaram a viver na periferia da freguesia (CASCUDO, 1999).

É necessário mencionar que alguns homens daquela figuração se agruparam em Irmandades; estas tinham responsabilidades com as festas específicas dos seus santos de devoção, sobretudo cuidando para que os integrantes da confraria gozassem de uma boa morte e fossem sepultados dignamente. Na jurisdição eclesiástica analisada tem-se conhecimento de três irmandades: a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a Irmandade de N^a Sr^a do Rosário e a Irmandade dos Passos (MARQUES, 2000; MEDEIROS FILHO, 1991; PONTES, 2008).

A sede da freguesia

A partir de agora, estabeleço o foco de observação sobre o principal núcleo de povoamento da freguesia, a Cidade do Natal; como já mencionado, normalmente uma freguesia floresce paralelamente a uma cidade; neste caso, ao contrário, a freguesia nasceu grande, dominando toda a Capitania do Rio Grande do Norte, enquanto o núcleo de povoamento surgiu minúsculo e permaneceu sem expressividade de 1599 até as primeiras décadas do século XIX.¹¹

Em 1730, Sebastião da Rocha Pitta apresentou uma descrição da Cidade do Natal:

[...] de mediana grandeza, e habitação, com matriz suntuosa e boas igrejas. Está fundada meia légua distante do seu porto, capaz de todo o gênero de embarcações, em cuja entrada tem a fortaleza dos Santos Reis das mais capazes do Brasil em sítio, firmeza, regularidade e artilharia, edificada sobre uma penha de grandeza desmedida com quatro torreões. Há na cidade capitão-mor que a governa, sargento-mor e outros cabos, com bom presídio: abunda de todos os mantimentos necessários para o sustento de um povo maior que o de que ela consta, pois não passa de quinhentos vizinhos (PITTA, 1958, pág. 75-76).

¹⁰ “O uso do termo (sítio) foi comum no período colonial para descrever genericamente uma propriedade rural. [...] De uma maneira geral, a documentação indica uma total falta de precisão na terminologia de identificação da propriedade rural, que era usada sem critérios, sem qualquer relação com a dimensão, a localização e tipo de exploração agrícola. Assim, sítio, fazenda, terreno, posse de terras, uma sorte de terras, são palavras e expressões que podiam ser usadas indistintamente em referência à mesma terra” (BACELLAR, 1994, p. 766-767).

¹¹ Vejam-se as impressões de um Presidente da Província do Rio Grande do Norte, em 1837, sobre a cidade: “[...] quanto à capital, apesar de sua bela localidade, e das vantagens que lhe oferece a natureza, ela não possui ainda nem aqueles mesmos reparos, e cômodos de uma vila na Europa, e mesmo de muitas do império. A ausência total de edifícios, para receber as Estações Públicas, o miserável estado das ruas, que além de descalçadas, são entulhadas de area solta, que embaraça, e retarda o transito, a carência absoluta de fontes; a negligente falta de iluminação; de cais; de uma casa de prisão; de um hospital, e de muitas outras coisas que constituem as regalias de uma cidade, são as sensíveis privações desta capital” (FALA COM QUE O EXCELENTISSIMO PRESIDENTE, ... 1837. p. 4).

A imagem construída por Rocha Pitta para a sede da Capitania do Rio Grande do Norte é sem dúvida um tanto romanceada: em nada a cidade era tão capaz, a igreja matriz nunca foi suntuosa, passando por reparos por todo o século XVIII, enquanto suas capelas anexas não passavam de igrejas rurais (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO ..., 1725-1890). No tocante à fortaleza, sua posição geográfica está correta, porém o seu abandono pelas autoridades, a ausência de efetivos e a falta de munição para a artilharia foram uma constante até os primeiros anos do século XIX (CARTA DO [CAPITÃO-MOR DO RIO GRANDE DO NORTE], JOSÉ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE ..., 1806).

Apesar de não haver investigações sobre a produção de alimentos na primeira parte do século XVIII na Cidade do Natal, não se pode acreditar que houve abundância deles; sabe-se que na segunda metade do século XVIII a população padecia pela falta de gêneros alimentícios, até porque a Capitania foi marcada por duas grandes estiagens nas décadas de 1770 e 1790 (DIAS, 2007).

Outras impressões ...

Outra descrição da cidade foi enviada pela Câmara em 1756 ao Ouvidor Geral na Paraíba, Domingos Monteiro da Rocha:

Em toda esta capitania acham-se cinco freguesias. A primeira de Nossa Senhora da Apresentação; nesta tem uma cidade chamada Natal, que terá de povoado quatrocentas braças de comprimento e de largo cinquenta, com cento e dezoito casas; no fim desta, no lugar chamado a Ribeira, há um rio de águas salgadas, a que chamam Rio Grande, e tem sua barra, donde há uma fortaleza da invocação dos Santos Reis, que nasce no mesmo mar, navegável, e entra pela terra a dentro quatro léguas (REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES ..., 1756, fl. s/n).

A imagem da fortaleza é uma constante nos relatos, possivelmente para compensar a dimensão diminuta da cidade: 500 vizinhos em 1730, 118 casas em 1756. Em 1774, a elaboração de um mapa populacional para a Capitania de Pernambuco e suas anexas, por ordem da Coroa portuguesa, sob o governo do Capitão-general José Cesar de Meneses, apresenta descrição mais elaborada:

Ao pé desta Cidade corre um rio caudaloso, a que chamam rio grande, de que toma esta Capitania o nome, e faz barra junto a Fortaleza dela, que fica distante quase meia légua, em cinco graus, e cinquenta e seis minutos de longitude, onde a maior parte dos moradores, e sertão ficam além do rio; e para a parte do norte dela, em poucas distancias, está a Ribeira da mesma, onde é o porto das embarcações, e tem bastante moradores que tratam de pescarias: o orago da freguesia é Nossa Senhora da Apresentação vigararia Colada, e nela reside o Capitão-mor Governador e Provedor da Real Fazenda, e duas Companhias de Infantaria paga: tem seis léguas, de costa que principiam para a parte do Norte ao rio Guajiru que faz barra no mesmo rio grande, faz divisão com a Vila de Extremoz e para o sul confina com a vila de S. José da Ribeira do mesmo sul, no riacho Pitimbú, que deságua no rio Pirangi, onde divide a Ribeira do norte, com a dita do sul, e para o sertão confina com a Freguesia do Caicó da Ribeira do Seridó na fazenda de S. Pedro, onde também divide as ditas ribeiras como acima fica dito [...] (IDÉIA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ..., 1774, pág. 10).

Trinta e cinco anos depois desta descrição, em 1810, o viajante inglês Henry Koster¹² demonstra em seus escritos o quão surpreso ficou ao chegar a Natal:

Cheguei às onze horas da manhã à cidade do Natal, situada sobre a margem do Rio Grande ou Potengi. Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população nesse País, porque se lugares como esse são chamados cidades, como seriam as villas e aldeias? Esse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam esta cidade. O predicamento não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser no futuro (KOSTER, 1942, pág. 109-110).

O viajante fez outras observações estruturais quanto à cidade, que ele nem considerava como vila:

As construções foram feitas numa elevação a pequena distância do rio, formando a cidade propriamente dita, porque contém a Igreja matriz. Consiste numa praça cercada de residências, tendo apenas o pavimento térreo, as igrejas, que são três, o palácio, a câmara e a prisão. Três ruas desembocam nesta quadra, mas elas não possuem senão algumas casas de cada lado. A cidade não é calçada em parte alguma e anda-se sobre uma areia solta [...]. Esse lugar contará seiscentos ou setecentos habitantes (KOSTER, 1942, pág. 110).

O conjunto de igrejas apontado por Koster era composto pela igreja de Nossa Senhora da Apresentação, a igreja de Santo Antônio e a igreja de Nossa Senhora do Rosário. A localidade não tinha sobrados e as ruas ainda eram de areia solta, em dias chuvosos se transformando em verdadeiros lamaçais.

¹² Em 1810 já se fazia presente na colônia a Corte portuguesa, os portos estavam abertos às nações amigas e o fluxo de estrangeiros nos portos, principalmente de britânicos, era intenso.

Sobre a reduzida população expressa no texto, o historiador Paulo Possamai acredita que o inglês deve ter contado somente os homens brancos do local, ou mesmo desconsiderado a população que vivia em sítios e fazendas circunvizinhas (POSSAMAI, 2013). Suponho que Koster não perguntou a ninguém, nem mesmo contou, mas, diante de tal povoado que mais lhe parecia uma aldeia, deve ter feito um “cálculo proporcional”.

Este provável “cálculo proporcional” feito pelo viajante para a Cidade do Natal em 1810 estava muito aquém dos números apresentados pelas autoridades coloniais para a mesma localidade em 1805.

POPULAÇÃO DA CIDADE DO NATAL (1805)				
Moradores	Branços	Negros	Mulatos	Total
Homens	1.416	634	1.371	3.421
Mulheres	1.082	618	1.572	3.272
Total	2.498	1.252	2.943	6.693

FONTE: CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte e uma relação dos distritos que necessitam de novas companhias de ordenanças. Anexos: 2ª via; provisão (cópia); “Mapa da população da capitania do Rio Grande do Norte, com declaração dos seus empregos, militares e civis, e capitães-mores e ordenanças das respectivas vilas e freguesias, tanto brancos como índios, até 31 de dezembro de 1805”; “Relação dos distritos, que necessitam novas companhias de ordenanças na capitania do Rio Grande do Norte, com declaração das vilas a que pertencem”. Natal, 31 de dezembro de 1806. AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, Doc. 18, 46 e 47.

Assim, eram 6.693 indivíduos que moravam em Natal no ano de 1805; mesmo que Koster tivesse posto os seus olhos apenas sobre as pessoas de pele branca do lugar, ele ainda teria errado na contagem. Sobre a população de escravos, não se tem uma informação específica para a localidade, porém o Termo da cidade¹³ tinha um contingente escravo formado por 2.114 cativos, sendo a população geral do Termo formada por 15.289 pessoas, em uma capitania que abrigava em seu território um contingente populacional de 49.250 indivíduos, dentre eles 4.586 escravos. Com isso, percebe-se que 13,8% da população do Termo da cidade era formada por escravos, e que quase metade da mão-de-obra compulsória da Capitania estava concentrada naquele espaço do litoral (CARTA DO [CAPITÃO-MOR DO RIO GRANDE DO NORTE], JOSÉ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE ..., 1806).

Em um contexto mais amplo, o Rio Grande do Norte passou por um processo de crescimento populacional na segunda metade do século XVIII, como outras partes da América portuguesa, pois entre 1774 e 1786 o contingente geral da Capitania era de 23.812 habitantes,

¹³ O Termo da cidade correspondia a Natal, à vila de São José e à vila de Extremoz, sendo a população das vilas em números absolutos 4.169 e 4.427 pessoas, respectivamente.

sendo que a Cidade do Natal comportava 3.288 moradores; até a chegada de Henry Koster, o contingente demográfico praticamente dobrou. A partir de então a população da capitania só aumentou, pois em 1819 a população atingiu o patamar de 70.921, sendo 61.812 livres e 9.109 escravos (IDÉIA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ..., 1774; MARCILIO, s/d).

O aumento da população e da mão-de-obra escrava, reflexo de um melhoramento econômico do espaço da capitania, não levou à criação de uma Santa Casa da Misericórdia e de sua respectiva Roda dos expostos, como foi o caso de outras figurações da América ibérica.

Entre os anos de 1776 e 1786 o contingente de crianças na freguesia da Cidade do Natal com até sete anos completos foi arrolado em 893 pequenos indivíduos; nos primeiros anos do século XIX, em 1805, o número de crianças na jurisdição eclesiástica acompanhou o ritmo de crescimento da figuração, chegando mesmo a dobrar o contingente, contabilizado em 1.726 crianças brancas, negras e mulatas. (IDÉIA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ..., 1774; CARTA DO [CAPITÃO-MOR DO RIO GRANDE DO NORTE], JOSÉ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE ..., 1806).

Considerações finais

Verifica-se, assim, as freguesias como sinônimo de paróquias surgiram como jurisdições eclesiásticas no princípio da Era Cristã, em um período transitório entre o mundo antigo e o medieval, eram tais espaços religiosos de administração dos *Vicarius* Imperiais. Todavia, após o Edito de Milão em 313 e com a expansão da Igreja Católica Romana, houve uma multiplicação das freguesias pelo interior da Europa, pois a finalidade daqueles territórios da cristandade era principalmente assistir espiritualmente os indivíduos que viviam distantes dos grandes núcleos urbanos da época.

Em um processo longo, paulatinamente as freguesias que correspondiam a um padrão estrutural comum: uma igreja matriz, um vigário, capelas anexas, padres assistentes, irmandades, foram se difundido pelo globo terrestre, tanto para oriente como para o ocidente. Dessa maneira, as jurisdições eclesiásticas chegaram a América com os próprios portugueses. Como dito, foram nos séculos XVI e XVII que foram instaladas as dioceses de Salvador, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luís, lembrando que a última diocese respondia diretamente ao bispo de Lisboa.

É neste período profundo da América portuguesa, séculos XVI e XVII, que surgiu a freguesia da Cidade do Natal em devoção a santa Nossa Senhora da Apresentação, inicialmente como uma unidade territorial do Bispado da Bahia, diocese de Salvador, mas em seguida com a criação do Bispado de Pernambuco, a freguesia da Cidade do Natal justamente com todos os seus fregueses passou a responder e ser responsabilidade do Bispo de Olinda.

Com isso, a primeira jurisdição eclesiástica da Capitania do Rio Grande do Norte, transitou desde sua criação, em 1601, até a segunda metade do século XVIII, por inúmeras fragmentações territoriais que reduziram seu raio de assistência religiosa, diminuindo o contingente de fregueses e possibilitando a organização de uma figuração cada vez mais específica, onde os indivíduos passavam a estabelecer relações de interdependência mais diretas.

Por fim, os fregueses da Cidade do Natal da segunda metade dos anos setecentista, presenciaram a expulsão dos membros da Companhia de Jesus e o surgimento das Vilas de índios sob uma administração cível. Salienta-se ainda, que a fragmentação do espaço da freguesia, tocou todo o território da Capitania do Rio Grande do Norte, o litoral oriental até os sertões ocidentais.

Em suma, foi possível identificar o encolhimento do espaço da freguesia, mas incluso o crescimento da população no processo histórico concreto, entre o final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, por que passou a primeira jurisdição Capitania do Rio Grande do Norte. O que ficou evidente tanto na documentação de ordem quantitativa, quanto na de ordem qualitativa.

Referências

Bibliografia

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Sitio. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa**. Lisboa: Verbo, 1994. p. 766-767.

BARATA, José do Carmo. **História Ecclesiastica de Pernambuco**. Recife: Imprensa industrial, 1922.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. Pombal, Marquês de. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da história da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994. p. 645-648.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**: aulico, anatomico, architectonico [...] Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1992.

_____. **História da cidade do Natal**. 3.ed. Natal: IHG/RN, 1999.

COSTA, Renata Assunção da. Dinâmicas populacionais: um estudo sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714). **II Encontros Coloniais**. Natal: UFRN / Lehs (Laboratório Experimental em História Social), 2014.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

DIAS, Thiago Alves. **Carne, farinha e aguardente**: o Senado da Câmara de Natal e o abastecimento alimentício interno (1750-1808). 86f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas Letras, e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

HOORNAERT, Eduardo. **A História da Igreja no Brasil**: 1550-1800. 3.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

JOHNSON JÚNIOR, Harold B. “**Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII**”. (Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa em 11 de novembro de 1985 / <http://people.virginia.edu/~hbj8h/modelo.pdf>)

LACOMBE, Américo Jacobina. “A Igreja no Brasil colonial”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**: a época colonial – Administração, Economia, Sociedade. 11.ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004. p. 51-76.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado / IHG-RN, 2003.

_____. **Em nome da liberdade**: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII. 699f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte**: história e mestiçagens. Natal: EDUFRN, 2011.

MARINHO, Francisco Fernandes. **O Rio Grande do Norte sob o olhar dos Bispos de Olinda**. Natal: Nordeste, 2006.

MARQUES, Euríola Belízia Fernandes. **A Irmandade do Santíssimo Sacramento e seu papel na sociedade do Rio Grande do Norte**. Natal: IHGRN, 2000.

MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEDEIROS FILHO, Olavo. **Terra natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 2000.

NEVES, Guilherme Pereira das. "Administração eclesiástica". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Ed. Verbo, 1994. p. 22-24.

NEVES, Guilherme Pereira das. Marquês de Pombal. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil colonial: 1500 – 1808**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

PONTES, Annie Larissa Garcia Neves. **Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos: festas e funerais na Natal oitocentista**. 124f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

POSSAMAI, Paulo César. Festas reais: celebrações da monarquia portuguesa na Natal setecentista. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013.

VEIGA, Eugênio da Andrade. **Os párocos no Brasil no período colonial: 1500-1822**. Salvador, 1997. (Tese para doutoramento na Faculdade de Direito Canônico da Pontifícia Universidade Gregoriana).

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria C. M. **Formação do Brasil Colonial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento histórico da população brasileira até 1872**. p.1-25. s/d. Disponível em:<http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/crescimento_historico_da_populacao.pdf>

Fontes manuscritas:

PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO, 1725-1890. (Arquivo da Cúria Metropolitana Arquidiocese de Natal)

REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DA CIDADE DO NATAL. (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte)

CAIXA 1 / LIVRO 4: 1702-1707

CAIXA 1 / LIVRO 5: 1708-1713

CAIXA 1 / LIVRO 6: 1713-1720

CAIXA 2 / LIVRO 7: 1720-1728

CAIXA 2 / LIVRO 8: 1738-1743

CAIXA 2 / LIVRO 9: 1743-1754

CAIXA 3 / LIVRO 10: 1755-1760

CAIXA 3 / LIVRO 11: 1760-1762

CAIXA 4 / LIVRO 12: 1762-1793

CAIXA 5 / LIVRO 15: 1789-1800

CAIXA 6 / LIVRO 13: 1756-1826

CARTA DO [CAPITÃO-MOR DO RIO GRANDE DO NORTE], JOSÉ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, AO PRÍNCIPE REGENTE [D. JOÃO] REMETENDO UM MAPA DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE E UMA RELAÇÃO DOS DISTRITOS QUE NECESSITAM DE NOVAS COMPANHIAS DE ORDENANÇAS. ANEXOS: 2ª VIA; PROVISÃO (CÓPIA); “MAPA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE, COM DECLARAÇÃO DOS SEUS EMPREGOS, MILITARES E CIVIS, E CAPITÃES-MORES E ORDENANÇAS DAS RESPECTIVAS VILAS E FREGUESIAS, TANTO BRANCOS COMO ÍNDIOS, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1805”; “RELAÇÃO DOS DISTRITOS, QUE NECESSITAM NOVAS COMPANHIAS DE ORDENANÇAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE, COM DECLARAÇÃO DAS VILAS A QUE PERTENCEM”. NATAL, 31 DE DEZEMBRO DE 1806. AHU - RIO GRANDE DO NORTE, CX. 9, DOC. 18, 46 E 47. (Arquivo Histórico Ultramarino)

REGISTRO PAROQUIAL DE CASAMENTO da freguesia da Cidade do Natal. (Arquivo da Cúria Metropolitana Arquidiocese de Natal)

MAÇO: 1740-1752.

MAÇO: 1752-1760.

MAÇO: 1761-1769.

MAÇO: 1769-1782.

MAÇO: 1782-1785.

MAÇO: 1785-1790.

MAÇO: 1798-1807.

LIVRO: 1816-1836.

REGISTRO PAROQUIAL DE BATISMOS da freguesia da Cidade do Natal. (Arquivo da
Cúria Metropolitana Arquidiocese de Natal)

MAÇO: 1749

MAÇO: 1753-1755.

MAÇO: 1755-1757.

MAÇO: 1760-1761.

MAÇO: 1761-1763.

MAÇO: 1763-1765.

MAÇO: 1765-1766.

MAÇO: 1768-1770.

MAÇO: 1770-1777.

MAÇO: 1786-1795.

MAÇO: 1792-1813.

LIVRO: 1795-1807.

MAÇO: 1799-1807.

MAÇO: 1803.

REGISTRO PAROQUIAL DE ÓBITOS da freguesia da Cidade do Natal. (Arquivo da Cúria Metropolitana Arquidiocese de Natal)

MAÇO: 1760-1765.

MAÇO: 1762-1765.

MAÇO: 1767.

MAÇO: 1768.

MAÇO: 1780-1784.

MAÇO: 1784-1791.

MAÇO: 1788-1802.

MAÇO: 1792-1793.

MAÇO: 1795-1802.

MAÇO: 1795-1845.

LIVRO: 1820-1847.

Fontes impressas:

FALA COM QUE O EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE, O DOUTOR MANUEL RIBEIRO DA SILVA LISBOA, ABRIU A 3ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MESMA PROVÍNCIA EM 7 DE SETEMBRO DE 1837. RECIFE, TYP. DE M. F. DE FARIA, 1837. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/826/000004.html>>

RELATÓRIO COM QUE O EXM. SR. DOUTOR JOSÉ DE OLIVEIRA JUNQUEIRA, ABRIU A SESSÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIA DO RIO GRANDE EM 1860. PERNAMBUCO, TYP. DE M. F. DE FARIAS, 1860. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/849/000010.html>>

IDEIA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, E DAS SUAS ANNEXAS, EXTENÇÃO DE SUAS COSTAS, RIOS, E POVOAÇÕES NOTAVEIS, AGRICULTURA, NUMERO DOS ENGENHOS, CONTRACTOS, E RENDIMENTOS REAES, AUGMENTO QUE ESTES TEM TIDO &. A &. A DESDE ANNO DE 1774 EM QUE TOMOU POSSE DO GOVERNADOR DAS MESMAS CAPITANIAS O

GOVERNADOR E CAPITÃO GENERAL JOZÉ CEZAR DE MENEZES. IN: **ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**, PUBLICADOS SOB A ADMINISTRAÇÃO DO DIRECTOR GERAL INTERINO (DR. AURELIO LOPES DE SOUZA). RIO DE JANEIRO: OFFICINAS GRAPHICAS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1923. (VOL. XL-1918)

KOSTER, HENRY. **VIAGENS AO NORDESTE DO BRASIL**: “TRAVELS IN BRAZIL”. TRAD. LUIZ DA CÂMARA CASCUDO. SÃO PAULO / RIO DE JANEIRO / RECIFE / PORTO ALEGRE: COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1942. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.BRASILIANA.COM.BR/OBRAS/VIAGENS-AO-NORDESTE-DO-BRASIL](http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-ao-nordeste-do-brasil)>

PITTA, SEBASTIÃO DA ROCHA. **HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA**. SÃO PAULO: W. M JACKSON, 1958.

Recebido em: 19 de janeiro de 2019.

Aprovado em: 07 de maio de 2019.